

Dívida interna

A polêmica em torno da possível concessão de um empréstimo de US\$ 115 milhões, pelo Programa para Financiamento às Exportações (Proex), para obras de irrigação no Peru, que viriam a beneficiar uma construtora à qual o ministro Eliseu Resende esteve ligado, acabou dominando os debates na incursão que o ministro fez, semana passada, no Parlamento, onde deveria esclarecer pontos ainda obscuros de seu plano de estabilização. Assim, pouco ou quase nada foi dito, por exemplo, a respeito do equacionamento da dívida pública brasileira — tanto externa quanto interna —, para os especialistas, o ponto que deve ser atacado de pronto, caso se queira mesmo reverter o processo inflacionário. Há quem veja íntima relação nos dois episódios: o ministro estaria sendo atacado justamente antes que ataque o sistema financeiro.

Para boa parte dos economistas brasileiros, a inflação alta é mantida basicamente pela imensa dívida mobiliária fora do Banco Central. Ou seja, a despesa ocasionada pelos papéis que o governo é obrigado a comprar e vender diariamente, pagando juros elevados. Resgatando esta dívida, o governo conseguiria dar um golpe talvez fatal na inflação, mas, ao mesmo tempo, também atingiria duramente os bancos, que vivem justo desta ciranda financeira. Consta que, na reunião que manteve com dirigentes de entidades financeiras, o ministro Eliseu Resende teria anunciado sua decisão de zerar esta dívida. Em resposta, teria ouvido de um dos participantes que isso causaria uma quebradeira nos bancos.

Uma coisa é inquestionável. Os bancos brasileiros abocanham, hoje, uma parcela do PIB que não tem similar em lugar algum: cerca de doze por cento. Este percentual, em países desenvolvidos, cai pela metade. É inconcebível, por exemplo, que os bancos ocupem o mesmo espaço que a indústria ou a agricultura. Se o governo resgatar sua dívida mobiliária, o sistema financeiro será reduzido a seu tamanho verdadeiro.

A comparação dos números do estoque da dívida pública líquida nos dois últimos anos explica esta hipertrofia do sistema bancário. No final de 1991, a dívida mobiliária da União fora do Banco Central correspondia a US\$ 13 bilhões enquanto a mesma dívida de estados e municípios era de US\$ 8 bilhões. Em dezembro de 1992, esses números haviam saltado para, respectivamente, US\$ 36 bilhões e US\$ 13 bilhões. Ou seja, a dívida mobiliária da União cresceu 160 por cento, enquanto a de estados e municípios subia 60 por cento. Esse endividamento ocorreu, basicamente, pelo desbloqueio dos cruzados novos, confiscados pelo primeiro plano Collor, pelo volumoso ingresso de capital estrangeiro e pelo impacto dos juros elevados.

A ciranda financeira representa hoje cerca de um terço da dívida pública líquida brasileira. Como já existe um encaminhamento para o pagamento da dívida externa e como se supõe que o processo de privatização vá ajudar na redução do estoque, cabe mesmo ao governo pagar prioritariamente sua dívida mobiliária.